

CPQ Brasil S.A.
CNPJ: 74.552.068/0001-10

Relatório da administração

De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. A Administração permanece, como sempre, a disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários. São Paulo, 26 de Março de 2014. **A Administração**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	2013	2012	
Ativo			Passivo e passivo a descoberto
Circulante			Circulante
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6(a))	5.734	1.843	Fornecedores
Aplicações financeiras (Nota 6(b))	8.532	5.530	Debêntures (Nota 12)
Aplicações financeiras restritas	1.163	1.090	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)
Contas a receber de clientes (Nota 7)	6.975	6.184	Impostos e contribuições a recolher
Estoques (Nota 8)	3.330	3.127	Férias, encargos e bônus a funcionários (Nota 14)
Impostos a recuperar	761	767	Imposto de renda e contribuição social
Outras contas a receber	1.338	385	Outras contas a pagar
	<u>27.833</u>	<u>18.926</u>	
			Não circulante
Não circulante			Debêntures (Nota 12)
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 13)
Partes relacionadas (Nota 17)	4.084	3.641	Provisão para contingências (Nota 16)
Impostos a recuperar	183	89	Receitas antecipadas (Nota 15)
Impostos diferidos (Nota 9)	18.298	20.546	Outras contas a pagar
Outras contas a receber	137	280	
	<u>22.702</u>	<u>24.556</u>	
Imobilizado (Nota 10)	13.967	14.716	Total do passivo
Intangível (Nota 11)	6.447	6.551	Passivo a descoberto
	<u>43.116</u>	<u>45.823</u>	Capital social (Nota 18)
			Reserva de capital
			Prejuízos acumulados
			Total do passivo a descoberto
Total do ativo	<u>70.949</u>	<u>64.749</u>	Total do passivo e passivo a descoberto

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em milhares de reais			
	2013	2012	
Receita líquida (Nota 19)	68.706	63.905	
Custo dos prod. vendidos e dos serv. prestados	(31.309)	(29.000)	
Lucro bruto	37.397	34.905	
(Despesas) e outras receitas operacionais			
Vendas (Nota 20)	(13.516)	(10.670)	
Administrativas e gerais (Nota 20)	(10.517)	(13.039)	
Outras receitas operacionais - líquidas (Nota 21)	1.488	1.454	
Lucro operac. antes do result. financ. e tributos	14.852	12.650	
Receitas e despesas financeiras, líquidas (Nota 22)			
Receitas financeiras	1.256	1.458	
Despesas financeiras	(9.262)	(6.641)	
	(8.005)	(5.183)	
Result. antes do imp. de renda e da contrib. social	6.847	7.467	
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)			
Diferidos	(2.248)	(2.874)	
Lucro líquido do exercício	4.599	4.593	
Não houve resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto, a "Demonstração do resultado abrangente" não está sendo apresentada.			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros legal	Reserva especial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2011	12.839	20.000	-	-	(23.778)	9.061
Incorporação de acervo líquido contábil (Nota 1)	-	-	-	-	(30.166)	(30.166)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.593	4.593
Em 31 de dezembro de 2012	12.839	20.000	-	-	(49.351)	(16.512)
Destinação da reserva de capital para absorção de prejuízos (Nota 18)	-	(20.000)	-	-	20.000	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.598	4.598
Em 31 de dezembro de 2013	<u>12.839</u>	-	-	-	<u>(24.753)</u>	<u>(11.914)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais

1. Contexto operacional - A CPQ Brasil S.A. ("Companhia") é uma entidade com sede na cidade de Itupeva, São Paulo e tem por objetivo a indústria e o comércio de pães, massas, biscoitos, bolachas, doces e outros produtos de padaria, pastelaria, confeitaria e lanchonete, podendo, para tanto, fabricá-los, adquiri-los de terceiros ou recebê-los em consignação, bem como a administração de franquias empresariais incluindo fundo de propaganda, treinamento e seleção de mão de obra, indicação de fornecedores, locação e comodato de equipamentos e licenciamento temporário de uso de marca. **(a) Incorporação reversa da MCN Participações Ltda.** Em 31/12/2011 a CPQ tinha como acionistas a MCN Participações e Empreendimentos Ltda. ("MCN") e o Banco Standard de Investimentos S.A. na proporção de participação em seu capital de 50% cada. Em 15 de agosto de 2012, a MCN Participações Ltda. adquiriu do Banco Standard de Investimentos S.A. a participação societária que esta empresa detinha na CPQ Brasil S.A. Por meio de Protocolo e Justificação de Incorporação datado em 30 de setembro de 2012, a MCN Participações e Empreendimentos Ltda. foi extinta, transferindo seus ativos e passivos para a CPQ Brasil S.A., que procedeu a incorporação reversa desta Companhia nesta mesma data. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 09 - "Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial", em casos de reestruturações societárias que resultem em incorporações, o ágio deve ser mantido apenas na adquirente original que, na essência, detém os recursos ou a capacidade de aquisição. Nos demais casos, o saldo do ágio deve ser integralmente baixado no momento da incorporação, por meio de provisão diretamente contra o patrimônio líquido, na entidade incorporada, com o reconhecimento de ativos fiscais, quando aplicável. Desta forma, o ágio pago pela MCN nesta operação, no montante de R\$ 33.578, foi integralmente provisionado, tendo sido registrado na Companhia o imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 11.417. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 26 de março de 2014. **2. Base de preparação** - As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **3. Principais políticas contábeis** - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. **(b) Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (Nota 5), determinações de provisões para imposto de renda e utilização de prejuízos fiscais (Nota 9), vida útil do ativo imobilizado (Nota 3(i)), estimativa do valor de recuperação de ativos intangíveis (Nota 11), provisões para contingências (Nota 16), provisão para devedores duvidosos (Nota 7) e provisão para perda nos estoques (Nota 8). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **(c) Transações em moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. A Companhia não possuía operações denominadas em moeda estrangeira nos exercícios ora apresentados. **(d) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **(ii) Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(iii) Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os em-

préstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(iv) Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(v) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não possuía operação com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados, incluindo operações de hedge. **(e) Capital social** - As ações ordinárias são classificadas como capital social, no patrimônio líquido. **(f) Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **(g) Estoques** - Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição ou de produção e não excedem o valor de mercado. A Companhia adota a política de realizar provisões e baixas de estoques por questões de obsolescência, demanda e outros fatores econômicos. **(h) Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposito por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(i) Depreciação** - As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos foram avaliadas por empresa especializada e independente e revisada pela Companhia e são apresentadas a seguir:

	Vida útil estimada
Edificações	42 anos
Instalações	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 a 17 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	8 a 17 anos
Benefitórias em imóveis de terceiros	38,04% - taxa média
Equipamentos de informática	5 anos

A Companhia entende que as vidas úteis utilizadas representam os períodos nos quais os ativos contribuirão para a geração de receita. O julgamento da Companhia para a determinação na manutenção das vidas úteis e valores depreciáveis está baseada no conhecimento da diretoria da Companhia nas operações e no mercado onde atua. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **(j) Ativos arrendados** - Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **Determinando se um contrato contém um arrendamento** - No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso transfira o direito a Companhia de controlar o uso do ativo subjacente. A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes, baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. **(k) Ativos intangíveis** - O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis (Nota 11). **Outros ativos intangíveis** - Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(l) Redução ao valor recuperável (impairment) - (i) Impairment de ativos financeiros** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos finan-

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imp. de renda e contrib. social	6.847	7.467
Ajustes		
Depreciação e amortização	2.054	2.293
Despesas financeiras e outras provisões	9.055	3.595
Resultado na venda de ativo imobilizado	33	336
	<u>17.989</u>	<u>13.691</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras	(3.075)	(2.232)
Contas a receber	(791)	(465)
Outros créditos	(1.341)	284
Estoques	(203)	(181)
Fornecedores e outras contas a pagar	(906)	(376)
Férias, encargos e bônus a funcionários	(759)	259
Impostos a recolher	473	48
Caixa gerado nas operações	11.387	11.028
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(8.666)	(6.179)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	-	(19)
Caixa líquido proveniente das ativid. operacionais	2.721	4.830
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Caixa decorrente de incorporação de empresas	-	1.366
Aquisição de ativo imobilizado	(1.054)	(1.694)
Aquisição de ativo intangível	(180)	(176)
Recebimento por venda de ativo imobilizado		
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.234)	(504)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de financiamentos - principal	(490)	(36.083)
Aquisição em empréstimos	2.894	30.800
Caixa líq. prov. das (usado nas) ativid. de financ.	2.404	(5.283)
Aumento (diminuição) do caixa e equiv. de caixa	3.891	(957)
Demonstração do aum. do caixa e equiv. de caixa		
No início do exercício	1.843	2.800
No fim do exercício	<u>5.734</u>	<u>1.843</u>
	<u>3.891</u>	<u>(957)</u>

ceiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas relacionadas às condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros** - A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor. **(m) Benefícios a empregados** - A Companhia não mantém para seus colaboradores planos de contribuição e benefícios definitivos, porém disponibiliza aos seus colaboradores como benefício um plano de participação nos lucros. Os colaboradores tem direito a participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os gestores com base em objetivos específicos e acordados entre as partes. O montante da participação é reconhecido no resultado do período. Os programas são aprovados pela diretoria e, quando aplicável constam dos acordos firmados com entidades sindicais competentes. **(n) Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **(o) Reconhecimento da receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita: (i) pode ser mensurado com segurança; (ii) é possível que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e; (iii) quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir: **(i) Venda de produtos** - As vendas de produtos são reconhecidas sempre que seja efetuada a entrega de produtos para os clientes e tenha-se evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **(ii) Venda de serviços** - A Companhia cobra de seus franqueados taxas de *royalties* e fundo de *marketing* com base no faturamento informado pelas franquias. Para o ingresso de novas lojas na Companhia é efetuada a cobrança de uma taxa de franquia, reconhecidas de acordo com os critérios estabelecidos em contrato firmado entre as partes. **(p) Receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem, principalmente, as receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **(q) Imposto de renda e contribuição social - (i) Corrente** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **(ii) Diferido** - Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração. **(r) Resultado por ação** - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e o número de ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41. **(s) Reclassefica-**

ção de saldos anteriores - A Companhia reclassificou os saldos de 31 de dezembro de 2012 do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ativo intangível (ágio gerado na aquisição da MBCM) do passivo não circulante para o ativo não circulante, no montante de R\$ 968. Também foram reclassificados os montantes de R\$ 94 e R\$ 66 entre linhas do passivo circulante e do passivo não circulante, respectivamente, referente a contratos de leasing financeiro de veículos. Essas reclassificações visam a melhor apresentação das informações financeiras da Companhia, e por não serem reclassificações relevantes, não estão sendo reapresentados os saldos patrimoniais de 1º de janeiro de 2012 e nem a reconciliação entre os balanços originalmente apresentado e o balanço reclassificado. **4. Gerenciamento de riscos financeiros** - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de suas operações: • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco operacional. A Companhia está apresentando as informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital na Nota 5. **Estrutura do gerenciamento de risco** - A diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **5. Instrumentos financeiros** - Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **(a) Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. **Exposição a risco de créditos** - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 6)	14.266	7.373
Contas a receber de clientes (Nota 7)	6.975	6.184
	<u>21.241</u>	<u>13.557</u>

• Caixa e equivalentes de caixa - a política de gestão de risco determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia, tanto com terceiros, como com seus acionistas. A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo, e com liquidez. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha e aplicações em títulos de renda fixa. • Contas a receber de clientes - a exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A pulverização de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes (100% franqueados ou licenciados), assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do contas a receber. A Companhia não possui histórico de perdas relevantes em seu contas a receber e, em 31 de dezembro de 2013 cerca de 95% dos títulos encontravam-se a vencer (96% em 31 de dezembro de 2012). Apesar de haver uma reduzida parcela de saldos vencidos a Companhia constitui provisão para devedores duvidosos. **(b) Risco de liquidez** - É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida. Em 2013 foi alterada a classificação dos valores de *leasing* financeiro de "Outras contas a pagar" para "Empréstimos". Desta forma, foi alterada também a posição do saldo de 31 de dezembro de 2012, sendo reclassificado o montante de R\$ 94.465,10 de "Outras contas a pagar" do passivo circulante e R\$ 66.368,36 do passivo não circulante.

	2013				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	6-12 1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros	71.650	234	3.541	46.543	21.332
Debêntures	2.527	2.515	-	12	-
Empréstimos	3.526	3.526	-	-	-
Fornecedores	2.576	2.514	-	62	-
Demais contas a pagar	80.279	8.789	3.541	46.617	21.332
					<u>2012</u>
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros	71.199	187	-	3.542	67.470
Debêntures	3.490	3.490	-	-	-
Empréstimos	3.984	3.863	-	121	-
Fornecedores	78.673	7.540	-	3.663	67.470

(c) Risco de fluxo de caixa - O caixa aplicado da Companhia tem rendimento indexado a percentuais do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado. Para o passivo, o risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e debêntures também indexados ao CDI. O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política da Companhia acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava uma exposição líquida passiva, composta pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, deduzido de empréstimos e financiamentos e debêntures, de R\$ 57.144. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil, com data-base em 31 de dezembro de 2013, indicava, uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 8,06%em um cenário provável, ante a taxa efetiva de 8,40% verificada no ano de 2013.

	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2013 - %	8,50	8,50	8,50
Dívida líquida	58,802	58,802	58,802
Taxa anual estimada do CDI - %	8,40	10,50	12,6

Incremento de juros 1.176 2.411
Em 22 de novembro de 2012 a Companhia emitiu debêntures no valor de R\$ 73.000 com carência de dois anos. Neste período de carência a Companhia deverá constituir uma reserva de recursos para o pagamento do valor principal. Para o ano de 2015 a Companhia projeta uma relação de dívida líquida/EBITDA de 2,32. Este patamar de endividamento permitirá à Companhia recorrer a novos empréstimos de longo prazo com instituições financeiras ou emissões de novos títulos de dívida para o refinanciamento e gerenciamento contínuo do seu endividamento. A projeção feita pela própria área de Crédito da instituição financeira responsável pela estruturação das debêntures já considerava o refinanciamento da companhia dentro dos limites de *covenants* estabelecidos na escritura das debêntures. **(d) Gestão de capital** - A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como a dívida líquida dividida pelo EBITDA total, acompanhando o limite dos *covenants* de cada exercício estabelecidos na escritura das debêntures. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. A dívida da Companhia para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir.

	2013	2012
Total dos empréstimos	74.231	71.360
(-) Caixa equiv. de caixa e aplicações financeiras	(15.429)	(8.463)
Dívida líquida (A)	58.802	62.897
EBITDA	16.907	14.943
Despesas não recorrentes	-	1.755
EBITDA ajustado (B)	16.907	16.698
(=) Relação dívida líquida sobre capital em 31 de dezembro (A/B)	3,48	3,77

Em 2012, o EBITDA foi ajustado pelo valor de R\$ 1.755, decorrente de despesas não recorrentes, conforme estabelecido na escritura das debêntures. O índice de alavancagem financeira decorre do endividamento assumido pela Companhia para viabilizar a aquisição das ações por parte da MCN (Nota 1). A reconciliação do EBITDA para os exercícios apresentados é como segue:

	2013	2012
Lucro operacional antes do result. financeiro e tributos	14.852	12.650
Depreciação e amortiz. do ativo imobilizado (Nota 11)	1.770	1.778
Apertização do intangível (Nota 12)	284	515
	<u>16.907</u>	<u>14.943</u>

(e) Valor justo - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos nesta nota de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos valores contábeis nas datas dos balanços apresentados. **(f) Hierarquia do valor justo** - Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo. Os ativos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: (i) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração. (ii) Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no Nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo. (iii) Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Todos os instrumentos financeiros estão classificados no Nível 2 de hierarquia de valor justo. **6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

(a) Caixa e equivalentes de caixa	2013	2012
Caixa	9	20
Bancos		
Banco Itaú S.A.	5.667	784
Banco Santander S.A.	39	58
Banco Caixa Econômica Federal	19	10
Aplicações financeiras	-	971
Banco Caixa Econômica Federal	5.734	1.843

As aplicações financeiras de curto prazo classificadas em caixa e equivalentes de caixa são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco

10. Imobilizado

	Edificações	Instalações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31/12/2011	4.930	760	7.195	476	542	218	713	14.836
Aquisição	7	77	645	107	129	144	-	1.694
Alienação	-	-	-	(1)	(22)	(1)	(12)	(36)
Transferências	159	152	20	14	227	-	-	(572)
Depreciação/amortização	(153)	(186)	(999)	(80)	(64)	(89)	(207)	(1.778)
Saldos em 31/12/2012	4.943	803	6.861	516	812	272	494	14.716
Custo total	7.515	2.102	18.253	1.208	1.203	1.187	1.007	32.490
Depreciação acumulada	(2.572)	(1.299)	(11.392)	(692)	(391)	(915)	(513)	(17.774)
Valor residual	4.943	803	6.861	516	812	272	494	14.716
Saldos em 31/12/2012	4.943	803	6.861	516	812	272	494	14.716
Aquisição	1	16	736	65	164	53	-	1.054
Alienação	-	-	(15)	-	(17)	(1)	-	(33)
Transferências	(11)	-	-	-	-	-	11	-
Depreciação/amortização	(102)	(181)	(1.139)	(80)	(92)	(93)	(83)	(1.770)
Saldos em 31/12/2013	4.831	638	6.443	501	867	231	422	13.967
Custo total	7.505	2.119	18.874	1.267	1.340	1.234	1.018	33.391
Depreciação acumulada	(2.674)	(1.481)	(12.431)	(767)	(473)	(1.003)	(596)	(19.424)
Valor residual	4.831	638	6.443	501	867	231	422	13.967

11. Intangível

	Software	Ágio	Intangível	Intangível
		Astrágalos	MBCM	Total
Exercício findo em 31/12/2012				
Saldo inicial	510	325	6.123	6.958
Aquisições	176	-	-	176
Baixas	-	-	(68)	(68)
Amortização	(133)	-	(382)	(515)
Saldo contábil, líquido	553	325	5.673	6.551
Em 31 de dezembro de 2012				
Custo	1.187	781	6.065	8.033
Amortização acumulada	(634)	(456)	(392)	(1.482)
Saldo contábil líquido	553	325	5.673	6.551
Exercício findo em 31/12/2013				
Saldo inicial	553	325	5.673	6.551
Aquisições	179	-	-	179
Baixas	-	-	-	-
Transferência	37	-	(37)	-
Amortização	(120)	-	(164)	(284)
Saldo contábil, líquido	649	325	5.473	6.447
Em 31/12/2013				
Custo	1.392	481	6.029	7.902
Amortização acumulada	(743)	(156)	(556)	(1.455)
Saldo contábil líquido	649	325	5.473	6.447

Ágio e intangíveis nas aquisições de participações - O ágio e intangíveis gerados nas aquisições de investimentos estão fundamentados em estudos desenvolvidos por empresa especializada independente, representados em laudos que suportam a contabilização do ágio. Os laudos foram desenvolvidos considerando as metodologias específicas de avaliação estabelecidas pela empresa especializada independente e premissas definidas e fornecidas pela Companhia considerando projeções de aumento do número de lojas e quiosques, lançamento de novos produtos, maior penetração dos produtos nos fraqueados e crescimento de vendas. Devido a reclassificação mencionada na "Reclassificação de saldos anteriores", houve a alteração da posição inicial do Intangível MBCM. **12. Debêntures** - **(a) Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** Em 15 de janeiro de 2010, a Companhia aprovou a primeira emissão, para distribuição pública, em regime de garantia firme de distribuição com esforços restritos de colocação, de 40 debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, tendo sido firmada entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O valor total da emissão foi de R\$ 40.000, tendo sido feita em série única, sendo que o valor nominal unitário das debêntures na data da emissão foi de R\$ 1.000. As debêntures possuíam prazo de vigência de sessenta meses contados da data de sua emissão. O valor nominal unitário das debêntures vinha sendo amortizado mensalmente, em 48 parcelas consecutivas, a partir do 12º mês a contar da data de emissão. As debêntures eram remuneradas a 100% da taxa média diária de juros do CDI, acrescido de 4,25%. Em 26 de julho de 2012, foram emitidas notas promissórias comerciais da primeira emissão da MCN Participações e Empreendimentos Ltda., no valor total de R\$ 73.000, com vencimento em 23 de novembro de 2012, as quais foram garantidas por aval prestado pelas pessoas físicas: Alberto Carneiro Neto e Giovanna Adriano de Brito Carneiro, Marco Aurelio Aliberti Mammana e Luciana Pagnoncelli Mammana. Este recurso foi captado com a finalidade de efetuar a liquidação antecipada da primeira emissão de debêntures de 15 de janeiro de 2010, que ocorreu em 9 de agosto de 2012. A liquidação antecipada destas debêntures gerou custos adicionais de R\$ 405. Em 22 de novembro de 2012 foram integralmente liquidadas as notas promissórias por meio da segunda emissão de debêntures, descrita a seguir. Esta captação gerou custos adicionais à Companhia no montante de R\$ 2.724. **(b) PlannerTrustee DTVM Ltda.** - Por meio da Assembleia Geral Extra-

de mudança de valor. Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxa de 102,2% (102,5 % em 31 de dezembro de 2012) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(b) Aplicações financeiras	2013	2012
Banco Itaú S.A.	2.542	2.340
Banco Santander	5.990	1.974
Banco Caixa Econômica Federal	-	1.216
	<u>8.532</u>	<u>5.530</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas à taxa de 102,00% (102,50% em 31 de dezembro de 2012) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Contas a receber de clientes	2013	2012
Duplicatas a receber	7.041	6.251
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(66)	(67)
	<u>6.975</u>	<u>6.184</u>

O *aging list* das duplicatas a receber está assim composto:

	2013	2012
A vencer	6.700	5.982
Vencidos até 30 dias	256	171
Vencidos até 60 dias	24	16
Vencidos até 90 dias	1	11
Vencidos até 180 dias	25	30
Vencidos há mais de 180 dias	35	41
	<u>7.041</u>	<u>6.251</u>

8. Estoques

Produtos acabados	1.048	1.092
Produtos para venda	974	817
Matérias-primas	1.298	1.212
Produtos em elaboração	10	6
	<u>3.330</u>	<u>3.127</u>

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. Os tributos diferidos ativos estão compostos como segue:

	2013	2012
Tributos com exigibilidade suspensa	961	760
Crédito fiscal de ágio decorrente de incorpor. reversa	10.847	17.056
Prejuízo fiscal	5.278	2.423
Base negativa	1.907	888
Ajuste depreciação - CPC 27	(851)	(666)
Outras provisões	156	85
	<u>18.298</u>	<u>20.546</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa é de dez anos. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado da controladora é demonstrada como segue:

	2013	2012
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	6.847	7.467
Alíquota fiscal combinada - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas	2.328	2.539
Adições permanentes	-	-
Despesas não dedutíveis	203	587
Exclusões permanentes	-	-
Outras receitas isentas de impostos	(283)	(252)
Imposto de renda e contrib. social no result.(diferidos)	2.248	2.874
Alíquota efetiva - %	33	38

	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31/12/2011	7.195	476	542	218	713	14.836
Aquisição	645	107	129	144	-	1.694
Alienação	-	(1)	(22)	(1)	(12)	(36)
Transferências	20	14	227	-	-	(572)
Depreciação/amortização	(999)	(80)	(64)	(89)	(207)	(1.778)
Saldos em 31/12/2012	6.861	516	812	272	494	14.716
Custo total	18.253	1.208	1.203	1.187	1.007	32.490
Depreciação acumulada	(11.392)	(692)	(391)	(915)	(513)	(17.774)
Valor residual	6.861	516	812	272	494	14.716
Saldos em 31/12/2012	6.861	516	812	272	494	14.716
Aquisição	736	65	164	53	-	1.054
Alienação	(15)	-	(17)	(1)	-	(33)
Transferências	(11)	-	-	-	11	-
Depreciação/amortização	(102)	(80)	(92)	(93)	(83)	(1.770)
Saldos em 31/12/2013	6.443	501	867			

aos Direitos Creditórios. Caso qualquer cliente não realizar o pagamento do Direito Creditório no vencimento, a CPQ Brasil obriga-se a fazê-lo até o limite acima. Os créditos detidos pelo Banco Itaú BBA S.A. compreendem títulos com vencimento substancialmente até março de 2014. O referido contrato tem encargos equivalentes a 5,90 % ao mês e taxa de permanência calculada dia a dia de acordo com a variação da Taxa SELIC do Banco Central acrescida de 1,00 % ao ano e também juros moratórios à taxa efetiva de 1,00% ao mês, calculado diariamente. Até 31 de dezembro de 2013 já haviam sido liquidados R\$ 312, restando o saldo de R\$ 2.515 em aberto.

14. Férias, encargos e bônus a funcionários	2013	2012
Salários a pagar		
Provisão para férias	716	1.022
Encargos sociais	436	415
Provisão para bônus a funcionários	728	1.202
	<u>1.880</u>	<u>2.639</u>

15. Receitas antecipadas - Em 1º de setembro de 2011 foi renovado o contrato de exclusividade para comercialização de produtos na rede de franquias da Companhia, com vigência até 31 de dezembro de 2020. A receita decorrente deste contrato está sendo apropriada ao resultado mensalmente, de acordo com um percentual estabelecido sobre o volume de compras de produtos, conforme condições contratuais. A Companhia possuía ainda um contrato de cessão de espaço de *merchandising*, renovado em 1º de agosto de 2008, com término em 31 de julho de 2012.

	2013	2012
Exclusividade para comercialização de produtos		
Receita a apropriar	1.404	1.911
Apropriação ao resultado	(454)	(507)
	<u>950</u>	<u>1.404</u>
Cessão de espaço de <i>merchandising</i>		
Receita a apropriar - saldo inicial	-	438
Apropriação ao resultado	-	(438)
	<u>950</u>	<u>1.404</u>

Passivo circulante

Passivo não circulante

16. Provisão para contingências - A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

A movimentação das provisões é como segue:

	01/01/2013					31/12/2013
	Saldo inicial	Adição	Pagamentos	Estornos	Saldo final	
Trabalhista	152	11	(2)	(86)	75	
	<u>152</u>	<u>11</u>	<u>(2)</u>	<u>(86)</u>	<u>75</u>	
	01/01/2012					31/12/2012
	Saldo inicial	Adição	Pagamentos	Estornos	Saldo final	
Trabalhista	191	43	(54)	(28)	152	
	<u>191</u>	<u>43</u>	<u>(54)</u>	<u>(28)</u>	<u>152</u>	

Perdas possíveis - Existem processos cíveis, tributários e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de perda possível, no montante original de R\$ 26.846(R\$ 2.382 em 31 de dezembro de 2012) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os principais processos classificados dessa forma são os seguintes: **(a) Ágio na aquisição de ações (2006)** - Em 19 de maio de 2006, foi lavrado auto de infração contra a Companhia pela Secretaria da Receita Federal, no valor de R\$ 11.538 e objeto de impugnação protocolada em 20 de junho de 2006 perante o delegado da Delegacia de Julgamento da Receita Federal em São Paulo, através do Processo Administrativo nº 13839.001516/2006-64. Houve julgamento improcedente da impugnação em primeira instância administrativa, sendo que o acórdão foi objeto de recurso voluntário apresentado pela Companhia, em 24 de novembro de 2006, tendo o julgamento sido concluído em 8 de novembro de 2007 pelo Primeiro Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, com resultado parcialmente favorável à Companhia. A Fazenda Nacional foi intimada do acórdão e apresentou os recursos pertinentes, sendo que aguarda o julgamento do recurso especial apresentado à Câmara Superior de Recursos Fiscais. A Companhia foi intimada do acórdão objeto do recurso voluntário em 4 de novembro de 2009 e apresentou em 18 de novembro de 2009 recurso especial contra a parte do acórdão que lhe foi desfavorável, além das contra razões ao recurso especial da Fazenda Nacional. Já houve trânsito em julgado favorável à Companhia de parcela significativa do Auto de Infração, relativa ao ágio na aquisição de ações. Exclusivamente para a parcela de ágio de subscrição de ações decorrente de erro material de cálculo, cuja decisão foi desfavorável à Companhia, houve o pagamento da quantia correspondente, aproveitando as reduções previstas na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resultando no pagamento da quantia total de R\$ 774 em 19 de novembro de 2009. O processo permanece sendo discutido com relação

à parcela remanescente no montante aproximado de R\$ 2.669, segundo cálculos atualizados apresentados no processo e que aguardam homologação, estando, portanto, pendente de discussão em última instância administrativa, com avaliação de risco remoto de acordo com a administração em conjunto com seus assessores jurídicos. Não há provisão constituída com relação à parcela remanescente em discussão, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização.

(b) Ágio na aquisição de ações (2009) - Em 5 de fevereiro de 2013 foi lavrado auto de infração contra a Companhia pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) no valor total de R\$ 15.678, visando à cobrança de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos-calendário de 2010 e de 2011, cujos valores foram glosados pelo fato da Companhia ter iniciado em janeiro de 2010 a amortização fiscal de ágio apurado em processo de reorganização societária ocorrido em dezembro de 2009. O ágio questionado pela SRFB decorre da aquisição das ações da Garuda S.A. ("Garuda") pela Arthemia Participações S.A. (a "Arthemia"), ocorrida em 2 de dezembro de 2009 em leilão aberto realizado no mercado de balcão organizado da BMF&BOVESPA. A Garuda era a sociedade controladora da Companhia, enquanto que a Arthemia era a sociedade *holding* utilizada pela MCN Participações e Empreendimentos S.A. e o Banco Standard de Investimentos S.A. para efetuar a aquisição do controle do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2009, primeiramente a Garuda, e ato contínuo, a Arthemia, foram incorporadas pela Companhia. Desde janeiro de 2010, o ágio em questão vem sendo amortizado para fins tributários linearmente à razão de 1/60 por mês, conforme autoriza o inciso 11 do artigo 386 do RIR. A Companhia discorda da lavratura do auto de infração, sendo que apresentou impugnação protocolada em 5 de março de 2013 perante o delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campinas - SP, através do Processo Administrativo nº 19311.720445/2012-76. A administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliam o caso como sendo de risco possível, e portanto, não sendo necessária a constituição de provisão contábil. Em 30 de junho de 2013 o Recurso da Secretária Fazenda foi improvido e a empresa segue aguardando acórdão. A avaliação de risco de perda nesse processo foi classificada como possível pelos assessores legais da companhia. As práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem registro de provisão para este processo devido à atual fase processual. **17. Transações com partes relacionadas** - Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e outras partes relacionadas. A Companhia não possui operações relevantes de compras e vendas de bens, locação, prestação de serviços, perdões de dívidas etc. Consequentemente, o resultado da Companhia não está impactado por transações com partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia apresentava os seguintes saldos decorrentes de transações com partes relacionadas:

	2013	2012
Ativo não circulante		
Alberto Carneiro Neto (i)	3.933	3.641
MCN (ii)	151	-
	<u>4.084</u>	<u>3.641</u>

(i) Refere-se a mútuos efetuados pela Companhia a Alberto Carneiro Neto, sujeito a juros equivalentes a 100% do CDI.O vencimento dos mútuos celebrados entre a Companhia e Alberto Carneiro Neto é de no máximo 20 (vinte) anos, conforme o disposto na cláusula 3 dos contratos de mútuo (vencimento ordinário), podendo, no entanto, ocorrer o vencimento antecipado destes empréstimos nas seguintes hipóteses (vencimento antecipado), previstas na cláusula 3.1 dos contratos de mútuo: (a) após a Companhia pagar mais de R\$ 20.000 em dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital ou outras distribuições aos acionistas ou; (b) caso o mutuário liquide seus investimentos (direta ou indiretamente) na mutuante, que viabilize o recebimento pelos controladores de quantia superior a R\$ 20.000. (ii) Refere-se a mútuo efetuado em novembro de 2013 pela Companhia com a Nova MCN Participações e Empreendimentos Ltda., sujeito a juros equivalentes a 100% do CDI.O vencimento do mútuo é de no máximo 20 (vinte) anos, conforme o disposto na cláusula 3 do contrato de mútuo (vencimento ordinário). Em 2013 e 2012, foram auferidos juros remuneratórios no montante de R\$ 292 e R\$ 282, respectivamente, registrados no resultado da Companhia. **Remuneração dos administradores**

	2013	2012
Remuneração - diretoria (pró-labore e variável)	1.213	1.573
Encargos sociais	216	216
	<u>1.429</u>	<u>1.789</u>

18. Patrimônio líquido - 18.1 Capital social - Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 12.839, dividido em 11.516.008 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, detido integralmente pela acionista Nova MCN Participações e Empreendimentos Ltda. **18.2 Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30%

do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Em 2013 e 2012 a reserva legal não foi constituída em razão dos prejuízos acumulados existentes. **18.3 Reserva de capital** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2013 os acionistas aprovaram a destinação integral da reserva de capital de R\$ 20.000 para a absorção parcial do saldo do prejuízo acumulado apurado pela Companhia até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, com fundamento no artigo 200, inciso I da Lei nº 6.404/76. **18.4 Dividendos** - O Estatuto Social da Companhia estabelece como dividendo anual mínimo obrigatório o equivalente a 1% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio, observado ainda o disposto nos artigos 201 e 202 da Lei nº 6.404/76. Os resultados apurados nos exercícios de 2013 e de 2012 foram totalmente absorvidos pelos prejuízos acumulados. Adicionalmente, por força das cláusulas descritivas das debêntures (Nota 12), a companhia está impedida de distribuir dividendos.

19. Receita	2013	2012
Receita bruta	79.770	74.025
Menos		
Impostos sobre vendas		
PIS/COFINS	(3.984)	(4.032)
ICMS	(6.344)	(5.925)
ISSQN	(69)	(76)
INSS	(506)	(76)
Devoluções e abatimentos	(161)	(87)
	<u>68.706</u>	<u>63.905</u>

Receita por natureza

Venda de produtos	60.718	56.815
Prestação de serviços	7.988	7.090
	<u>68.706</u>	<u>63.905</u>
20. Despesas por natureza	2013	2012
Despesas com pessoal	9.468	9.833
Participação nos lucros e resultados - empregados	789	394
Participação nos lucros e resultados - Diretoria (*)	(800)	616
Propaganda e publicidade e demais desp. comerciais	8.088	4.680
Serviços e utilidades	3.436	4.296
Depreciação e amortização	1.422	1.626
Frete	817	1.025
Despesas gerais	813	1.239
	<u>24.033</u>	<u>23.709</u>

(*) Em 2013 considerando o fluxo de caixa previsto de liquidação das debêntures, a Diretoria abriu mão do recebimento do bônus de 2013 e de 2012, motivo pelo qual houve a reversão de provisão mantida em 31 de dezembro de 2012 no exercício corrente.

21. Outras receitas operacionais	2013	2012
Receita de cessão de espaço	585	437
Receita com exclusividade em produtos	904	507
Outras receitas operacionais	32	54
Recuperação de impostos	7	719
Resultado na venda de imobilizado	(38)	(263)
	<u>1.488</u>	<u>1.454</u>

22. Receitas e despesas financeiras	2013	2012
Receitas financeiras		
Rendimentos das aplicações financeiras	674	588
Juros sobre outras contas a receber	513	772
Descontos obtidos	69	98
	<u>1.256</u>	<u>1.458</u>

Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias passivas sobre empréstimos, debêntures e outros passivos	(9.192)	(6.516)
Outras despesas financeiras	(70)	(125)
	<u>(9.262)</u>	<u>(6.641)</u>

Resultado financeiro líquido

23. Cobertura de seguros - A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio e estoques	Incêndio/raio/explosão/ danos elétricos/vandalia a fumaça	13.095
Lucros cessantes	Despesas fixas 12 meses	47.060

Diretoria

Alberto Carneiro Neto - Diretor-presidente

Cruza Silva Brentel - Controller

Adriana Raddatz Jönck - CRC: SP-288887/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas CPQ Brasil S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da CPQ Brasil S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção

relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPQ Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 26 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando - Contador CRC 1SP217518/O-7